

Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios - síntese das principais propostas

Consulta pública n.º 3/2016

ERSAR

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

THE WATER AND WASTE SERVICES
REGULATION AUTHORITY

Lei Quadro das Entidades Reguladoras

Por forma a prosseguirem as suas atribuições com independência, as entidades administrativas independentes com funções de regulação dispõem de poderes de:

- **Regulação**

Fixar ou colaborar na fixação de tarifas, fixar regras de acesso à atividade económica regulada, garantir o cumprimento de obrigações de serviço pública, implementar leis e regulamentos aplicáveis ao respetivo setor de atividade, ...

- **Regulamentação**

Elaborar e aprovar regulamentos e outras normas de carácter geral, instruções ou outras normas de carácter particular referidas a interesses, obrigações ou direitos das entidades ou atividades reguladas ou dos seus utilizadores

- **Sancionatório**

Fiscalizar e auditar a aplicação das leis, regulamentos e contratos aplicáveis às entidades reguladas, desencadear os correspondentes processos sancionatórios ou denunciar às autoridades competentes as infrações cuja punição não caiba no âmbito das suas atribuições

Artigo 11.º dos Estatutos ERSAR

Compete à ERSAR elaborar e aprovar regulamentos com eficácia externa no quadro das respetivas atribuições, sem prejuízo de outras que venham a ser definidas por lei, nomeadamente no que respeita a:

- Tarifários
- Procedimentos regulatórios
- Relações comerciais
- Qualidade de serviço
- Procedimentos de aprovação dos produtos em contacto com a água para consumo humano

Procedimento de elaboração do regulamento de procedimentos regulatórios

**Elaboração
do projeto
de
regulamento**

**Consulta
pública e
audição do
Conselho
Consultivo**

(de 30 de
dezembro de
2016 a 23 de
março de 2017)

**Análise dos
contributos e
elaboração do
respetivo
relatório de
análise**

**Aprovação da
versão final
do
regulamento
pelo Conselho
de
Administração**

**Publicação na
2.ª série do
Diário da
República e no
site da ERSAR**

**Entrada em
vigor 30 dias
após
publicação**

Objeto e âmbito do regulamento de procedimentos regulatórios

Definição dos procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação, no exercício das atribuições e competências conferidas por lei, respetivamente, à entidade reguladora e aos seus órgãos

Prazos, forma e conteúdos das interações entre ERSAR e entidades reguladas no quadro dos ciclos regulatórios

- Monitorização legal e contratual das entidades gestoras
- Regulação económica das entidades gestoras
- Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras
- Regulação da qualidade da água para consumo humano
- Análise de reclamações de utilizadores
- Procedimentos de controlo
- Colaboração com outras entidades

Maior certeza e segurança jurídicas no relacionamento entre ERSAR e regulados

Regulamento de procedimentos regulatórios

Detalha os procedimentos relativos às interações entre a ERSAR e os seus regulados no quadro do exercício das suas competências

Atribuição de competências à ERSAR – regimes legais substantivos

- Estatutos ERSAR
- Regime dos serviços municipais (DL 194/2009, 90/2009)
- Regime dos serviços de titularidade estatal (DL 195/2009, 92/2013, 96/2014, etc)
- Regime da qualidade da água para consumo humano (DL 306/2007)
- Regime do livro de reclamações (DL 156/2005)
- ...



Definição da forma de exercício das competências legalmente previstas (prazos, forma e conteúdo)

**Regulamento dos
procedimentos regulatórios**

Estrutura do regulamento de procedimentos regulatórios



Capítulo I – Disposições gerais

Capítulo II – Procedimentos de regulação comportamental das entidades gestoras ao longo do seu ciclo de vida

Secção I - Monitorização legal e contratual das entidades gestoras

Secção II - Ciclo de regulação comportamental em matéria económica

Secção III - Ciclo de regulação da qualidade de serviço

Secção IV - Ciclo de regulação da qualidade da água para consumo humano

Secção V - Reclamações de utilizadores dos serviços

Secção VI - Procedimentos de controlo

Secção VII - Colaboração com outras entidades

Capítulo III – Disposições finais

Monitorização legal e contratual das entidades gestoras



Âmbito

A ERSAR tem intervenção nos seguintes procedimentos ao longo do ciclo de vida das entidades gestoras:

- Constituição de sistemas intermunicipais
- Delegação de serviços de titularidade municipal e seleção de parceiros privados para empresas delegatárias
- Constituição de parcerias entre o Estado e os municípios
- Concessão dos serviços de titularidade estatal e municipal
- Alteração e extinção dos contratos relativos à gestão dos serviços de águas e resíduos
- Aprovação dos regulamentos de serviço público
- Autorização para o exercício de atividades acessórias ou complementares
- Aprovação de projetos de infraestruturas de concessionárias de serviços multimunicipais e respetivas alteração

Monitorização legal e contratual das entidades gestoras



Destaques

- Regras sobre o conteúdo do comparador de modelos de gestão a instruir o pedidos de parecer sobre a constituição de sistemas e a alteração do modelo de gestão
 - EVEF que compara o cenário existente com as demais alternativas evidenciando as mais-valias da opção escolhida face à existente
 - Definição de conteúdos mínimos do estudo, designadamente pressupostos comuns e específicos a considerar para cada modelo de gestão

Concessões municipais: pressupostos comuns = aspetos não submetidos à concorrência
pressupostos específicos = parâmetros base
Gestão direta e delegada: EVEF e PI passam a reger a gestão do respetivo serviço

- Regras de elaboração de estudo de viabilidade e económica e financeira

Monitorização legal e contratual das entidades gestoras



Destaques

- Definição do conteúdo mínimo dos regulamentos de serviço em alta e prazo para submissão para aprovação da ERSAR
- Definição da informação que deve instruir o pedido de autorização de investimentos não previstos no CC de SMM dependentes de parecer da ERSAR e âmbito da respetiva análise
- Definição do conteúdo mínimo dos projetos de construção de concessionárias de SMM e critérios de análise da ERSAR
- Definição da informação que deve instruir o pedido de autorização de exercício de atividades acessórias ou complementares dependentes de parecer da ERSAR e âmbito da respetiva análise

Monitorização legal e contratual das entidades gestoras



Destaques

- Especificação das obrigações de informação/prazos das entidades gestoras à ERSAR
 - Obrigações gerais
 - Bens e infraestruturas
- Disponibilização de modelos de reporte de informação no âmbito da elaboração dos planos de investimentos e da realização dos respetivos investimentos

Ciclo de regulação comportamental em matéria económica - âmbito



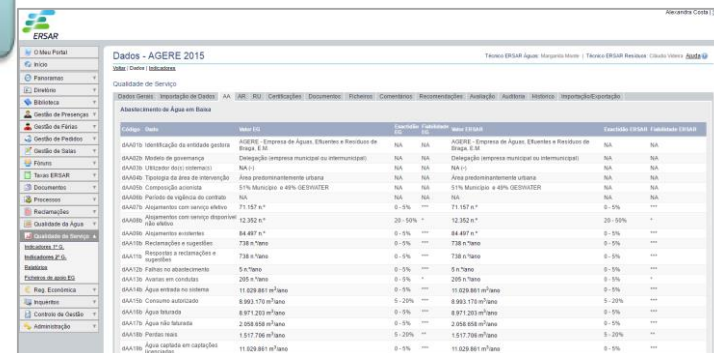
A ERSAR tem intervenção nos seguintes procedimentos:

- Aprovação de OPT de serviços titularidade estatal
- Definição dos desvios de recuperação de gastos
- Definição dos proveitos permitidos
- Emissão de parecer sobre revisões anuais de tarifários relativos a serviços municipais (com e sem contrato)
- Emissão de parecer sobre revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada
- Fiscalização do cumprimento das regras tarifárias

Ciclo de regulação comportamental em matéria económica - destaques



- Articulação do procedimento de definição pela ERSAR das tarifas de SMM com o procedimento (prévio) de autorização pelo concedente de investimentos não previstos no contrato
- Identificação da informação necessária ao apuramento dos desvios de recuperação de gastos
- Definição dos prazos para a solicitação do parecer da ERSAR para as atualizações tarifárias dos serviços municipais
- Estabelecimento da obrigação de reporte de informação económico-financeira através do Portal da ERSAR



Ciclo de regulação da qualidade de serviço



Destaques

- Definição das datas para:
 - Disponibilização da versão atualizada do Guia Técnico e ficheiros de reporte por parte da ERSAR
 - Submissão dos dados pelas EG { 31 de março (EG em alta)
30 de abril (EG em baixa)
 - Tratamento e validação dos dados por parte da ERSAR
- Eventual alteração dos prazos pela ERSAR implica o aviso atempado das EG

Ciclo de regulação da qualidade da água para consumo humano



A ERSAR tem intervenção nos seguintes procedimentos

- Análise dos pedidos de dispensa ou redução do controlo analítico
- Aprovação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano (PCQA)
- Acompanhamento da implementação do PCQA
- Comprovação da acreditação e supervisão dos laboratórios de ensaios
- Reporte dos dados da qualidade de água por parte das entidades gestoras à ERSAR.

Destaque:

Definição de prazos para os pedidos de dispensa e redução de controlo analítico

Reclamações de utilizadores dos serviços



A ERSAR supervisiona o tratamento dado pelas EG às reclamações de utilizadores dos serviços apresentadas nos respetivos livros de reclamações ou diretamente à ERSAR

Destaques:

- Obrigação de reporte das reclamações e respetivas respostas através do Módulo das reclamações do Portal ERSAR
- Clarificação dos procedimentos de análise

Módulo disponibilizado no Portal da ERSAR

A screenshot of the ERSAR web portal interface. On the left is a sidebar menu with options like 'Início', 'Panoramas', 'Destino', 'Biblioteca', and various management modules. The main area is titled 'Registo de reclamações'. It contains a form with fields for 'N.º de registo', 'N.º folha do livro', 'Técnico envolvido', 'Entidade Gestora', 'Data de entrada de', 'Data de fecho de', 'Acompanhada por', 'Técnico responsável', 'Técnico atual', 'Estado', 'Classificação principal', 'Classificação secundária', 'Subestado', 'Classificação secundária', 'Reclamante', and 'Termo de pesquisa'. There are 'Pesquisar' and 'Limpar' buttons. Below the form is a table with columns: 'N.º de registo', 'Entidade gestora', 'Classificação secundária', 'Subestado', 'Técnico responsável', 'Técnico atual', and 'Última Alteração'. The table currently shows no data rows.

Com vista a fiscalizar o cumprimento das obrigações das entidades reguladas, a ERSAR realiza auditorias e ações de fiscalização e inspeção

Definição de procedimentos

- Antecedência mínima de comunicação às entidades a auditar ou inspecionar
- Possibilidade de exercício de contraditório sobre os relatórios preliminares das auditorias e inspeções
- Articulação com procedimentos sancionatórios
- Possibilidade de divulgação dos resultados das ações de fiscalização e inspeção

Colaboração com outras entidades



Articulação com APA no licenciamento de entidades gestoras de sistemas integrados de fluxos específicos com interface com os resíduos urbanos:

- Informação a remeter pela APA
- Prazo para a emissão do parecer pela ERSAR
- Informação sobre decisão final da APA

Forma de reporte de informação à ERSAR

- Em suporte digital e, no caso de informação com cálculos, ficheiros com as fórmulas e ligações ativas
- Utilizando os formatos disponibilizados pela ERSAR
- Através dos módulos do Portal (quando existentes)
- **As EG são responsáveis por toda a informação enviada à ERSAR**

Consagração da suspensão do prazo para emissão de parecer ou tomada de decisão quando haja lugar à solicitação de informação ou esclarecimentos adicionais

O projeto de regulamento encontra-se disponível na secção de consultas públicas do sítio da Internet da ERSAR - <http://www.ersar.pt/pt/o-que-fazemos/consultas-publicas/em-curso>

Todos os interessados podem apresentar os seus comentários e sugestões relativos ao projeto de regulamento de procedimentos regulatórios durante o período de consulta pública, com início a 30 de dezembro de 2016 e término a 23 de março de 2017, para o correio eletrónico: consulta publica@ersar.pt



Obrigada pela vossa atenção

geral@ersar.pt